

LEONARDO SANTOS MARTINS

**A NATUREZA JURÍDICA
DA LEGITIMIDADE DAS
FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS**
**INFLUXOS POLÍTICOS SOBRE O DIREITO
PROCESSUAL CIVIL E ELEITORAL**

APRESENTAÇÃO **EDUARDO DAMIAN**
PREFÁCIO **WERTON RÊGO**

Diretor Editorial Gustavo Abreu
Diretor Administrativo Júnior Gaudereto
Diretor Financeiro Cláudio Macedo
Logística Lucas Abreu
Comunicação e Marketing Carol Pires
Assistente Editorial Matteos Moreno e Maria Eduarda Paixão
Assistente de Edição Ana Isabel Vaz
Designer Editorial Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

Conselho Editorial Jurídico		
Alessandra Mara de Freitas Silva	Edson Nakata Jr	Luiz F. do Vale de Almeida Guilherme
Alexandre Moraes da Rosa	Georges Abboud	Marcelo Hugo da Rocha
Bruno Miragem	Henderson Fürst	Nuno Miguel B. de Sá Viana Rebelo
Carlos Maria Cárcova	Henrique Garbellini Carnio	Onofre Alves Batista Júnior
Cássio Augusto de Barros Brant	Henrique Júdice Magalhães	Renata de Lima Rodrigues
Cristian Kiefer da Silva	Leonardo Isaac Yarochevsky	Salah H. Khaled Jr
Cristiane Dupret	Lucas Moraes Martins	Willis Santiago Guerra Filho

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Juliana da Silva Mauro – CRB6/3684

M386n Martins, Leonardo Santos
A natureza jurídica da legitimidade das federações partidárias :
influxos políticos sobre o direito processual civil e eleitoral /
Leonardo Santos Martins. – Belo Horizonte : Casa do Direito, 2024.
122 p. ; 23 cm.

Inclui Bibliografia.
ISBN 978-65-5932-545-0

1. Direito constitucional. 2. Direito eleitoral. 3. Partido
político. 4. Federação partidária. 5. Coligação. I. Título..

CDU: 342.8
CDD: 324

Índices para catálogo sistemático:

- 1. Direito eleitoral 342.8
- 2. Processos políticos 324



LETRAMENTO EDITORA E LIVRARIA

CAIXA POSTAL 3242 / CEP 30.130-972
av. Antônio Abrahão Caram / n. 430
sl. 301 / b. São José / BH-MG
CEP: 30275-000 / TEL. 31 3327-5771



É o selo jurídico do
Grupo Editorial Letramento

SUMÁRIO

9	APRESENTAÇÃO
11	PREFÁCIO
17	INTRODUÇÃO
21	1. PANORAMA SOBRE O DIREITO ELEITORAL NO BRASIL
22	1.1. CONCEITO E OBJETIVO
23	1.2. FONTES DO DIREITO ELEITORAL
23	1.2.1. FONTES NÃO ESTATAIS
24	1.2.2. FONTES ESTATAIS
28	1.3. DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO ELEITORAL
29	1.3.1. PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO
31	1.3.1.1. FORMAS DE DEMOCRACIA
32	1.3.2. PRINCÍPIO REPUBLICANO
33	1.3.3. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE OU DA ANUALIDADE DA LEI ELEITORAL
35	1.3.4. PRINCÍPIO DA MORALIDADE
36	1.3.5. PRINCÍPIO DO PLURALISMO POLÍTICO
37	1.3.6. PRINCÍPIO DA ISONOMIA
38	1.4. MICROSSISTEMA DA JUSTIÇA ELEITORAL: ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA.
39	1.4.1. DAS FUNÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL
39	1.4.1.1. DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA
39	1.4.1.2. DA FUNÇÃO NORMATIVA
40	1.4.1.3. DA FUNÇÃO JURISDICIONAL
41	1.4.1.4. DA FUNÇÃO CONSULTIVA
41	1.4.2. DA ESTRUTURA DA JUSTIÇA ELEITORAL
42	1.4.2.1. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE).
43	1.4.2.2. TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS (TRES).
44	1.4.2.3. JUÍZES ELEITORAIS
44	1.4.2.4. JUNTAS ELEITORAIS.

47	2. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS: DO SUFRÁGIO AOS CARGOS POLÍTICOS EM DUSPUTA
48	2.1. BREVE APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONCEITO DE DIREITOS POLÍTICOS
49	2.2. DIREITOS POLÍTICOS E CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
55	2.3. DO DIREITO DE SUFRÁGIO
56	2.3.1. CLASSIFICAÇÃO DO SUFRÁGIO
57	2.3.2. SUFRÁGIO, VOTO E ESCRUTÍNIO
59	2.3.3. PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR
59	2.4. CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA
60	2.5. CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA
61	2.5.1. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE
63	2.5.2. CAUSAS DE INELEGIBILIDADES
63	2.5.2.1. INELEGIBILIDADES CONSTITUCIONAIS
66	2.5.2.2. INELEGIBILIDADES INFRACONSTITUCIONAIS
68	2.6. OS SISTEMAS ELEITORAIS
68	2.6.1. SISTEMA MAJORITÁRIO
69	2.6.2. SISTEMA PROPORCIONAL
70	2.6.2.1. QUOCIENTES ELEITORAL (QE)
71	2.6.2.2. QUOCIENTE PARTIDÁRIO (QP)
72	2.6.3. CLÁUSULA DE BARREIRA E DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS
75	3. FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS I: DOS PARTIDOS POLÍTICOS ÀS QUESTÕES INICIAIS DO NOVO INSTITUTO CRIADO PELA LEI 14.208/2021.
76	3.1. APONTAMENTOS HISTÓRICOS E SURGIMENTO NO BRASIL
77	3.2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA
79	3.3. DA CRIAÇÃO À EXTINÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS
82	3.4. COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS

84	3.5. FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS: QUESTÕES INTRODUTÓRIAS
84	3.5.1. OS DEBATES LEGISLATIVOS QUE ANTECEDERAM A LEI
87	3.5.2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO INSTITUTO
88	3.5.3. PROCESSO DE CRIAÇÃO DA FEDERAÇÃO
92	3.6. COLIGAÇÃO E FEDERAÇÃO: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS
95	4. FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS II: OS REFLEXOS POLÍTICOS E JURÍDICOS DA NOVA FORMA DE AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL.
96	4.1. O POSICIONAMENTO DO STF DIANTE DA ADI 7021: RECONHECIMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE
101	4.2. A FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA NO PERÍODO ELEITORAL
101	4.2.1. CONVENÇÃO E ESCOLHA DOS CANDIDATOS
103	4.2.2. ACESSO À RECURSOS PÚBLICOS E PROPAGANDA ELEITORAL
106	4.3. ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO NAS CASAS LEGISLATIVAS: FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR E A FIDELIDADE PARTIDÁRIA
106	4.3.1. DO FUNCIONAMENTO PARLAMENTAR
108	4.3.2. DA FIDELIDADE PARTIDÁRIA
111	4.4. A LEGITIMIDADE PROCESSUAL DA FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA
115	CONCLUSÕES
119	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS